

Aldieris Braz Amorim Caprini

Troca-se escrava por cachaça: presença da escravidão em Iconha (ES) – 1883

Palavras-chave: escravidão, Iconha, comércio

Key words: slavery, Iconha, trade.

Mestre em História
pela UFES, Professor e
Coordenador do Curso
de História do Centro
Universitário São Camilo-ES
aldieriscaprini@saocamilo-es.br

Para compreender a formação social, política, econômica e cultural do município de Iconha, é necessário analisar a estrutura econômica e social que se formou no findar do Império e início da República. Até 1879, a região que hoje compreende Iconha era habitada por forasteiros, que moravam em 04 ou 05 casas (SIMÃO: 1991, p.21), que viviam da agricultura de subsistência, como os remanescentes de imigrantes ingleses que se instalaram na região na década de 1860. O imigrante português Antônio José Duarte abre uma casa comercial na referida vila, em 1879, e logo recebe como sócio o comerciante José Gonçalves da Costa Beiriz, que possuía negócios na vila de Piúma e fazendas em Iconha. Por causa desta associação, a casa foi denominada Casa Comercial Duarte e Beiriz.

Esta casa tornou-se uma das maiores da província e foi responsável pela transformação de uma região praticamente desabitada em um município com infra-estrutura. Os proprietários da firma, especialmente Antônio José Duarte, tornaram-se grandes chefes políticos locais, tanto que tinham o título de coronel. No entanto, esse desenvolvimento comercial não ocorreu por acaso ou sorte, uma vez que as obras públicas realizadas pela firma não foram fruto de caridade, nem o poder político obtido pelos comerciantes foi resultado de seus méritos espontâneos na urna.

Quando foi criada a casa comercial, a vila era praticamente desabitada, o que do ponto de vista comercial não é lucrativo, mas os comerciantes tinham outro objetivo. A região consistia em terras virgens e, a partir de 1877, chegavam imigrantes italianos em busca de terra para o plantio do café. Os comerciantes compraram as terras, que hoje compõem o município, e dividiram-nas em grandes lotes. Quando os imigrantes chegavam, a eles eram vendidos esses lotes na condição de pagarem através das futuras colheitas de café.

Enviado em 13 de
fevereiro de 2009 e
aprovado em 6 de abril de
2009.

Nesse contexto, os imigrantes adquiriam produtos alimentícios e ferramentas na casa comercial, já que tinham uma floresta a desbravar e deveriam partir do nada, assim, a venda fornecia tudo de que precisavam. Os comerciantes vendiam “fiado” para que os italianos pagassem com a colheita. Importante salientar que, além das terras, os imigrantes também deviam os bens adquiridos. Quando era época da colheita, o agricultor levava a produção até a casa comercial para vendê-la. Neste momento, era descontado o que devia, contudo, continuava a dever, afinal continuava a comprar e havia juros, sem falar que as terras adquiridas levavam anos para serem pagas.

Desse modo, a firma Duarte e Beiriz atuava na venda de produtos e na compra e exportação do café.

O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da ‘venda’, que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus ‘fregueses’, que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café na época da colheita. O sitiante em débito ficava ‘preso’ à venda, isto é, obrigado a vender-lhe seu café. (SALETTTO, 1996:42)

Assim, os comerciantes não tinham o trabalho de derrubar a mata e plantar o café para depois colher e exportar. Todo o trabalho na lavoura ficava por conta dos imigrantes que ainda compravam na sua venda. Os comerciantes tinham somente que exportar.

Para tanto, montaram uma infra-estrutura comercial para dar condições aos negócios. O café era levado de barco, através do Rio Iconha, da vila de Iconha (interior) até Piúma (porto), onde era depositado na filial, um trapiche, dali era exportado para o Rio de Janeiro e Vitória. Além dos barcos, também possuíam uma rede telefônica entre filial e matriz, isso no começo do século XX. A firma chegou a ser correspondente bancária de agências do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Paralelo ao desenvolvimento comercial, o coronel Antônio Duarte foi ganhando espaço político. A vila de Iconha pertencia ao município de Piúma, mas com seu crescimento tornou-se a sede do poder municipal e tinha no coronel sua força maior.

A firma comercial doou terreno para que fossem feitas ruas, cemitérios, igrejas e escola, inclusive tendo o coronel Antônio Duarte fundado a biblioteca municipal. Para dar suporte ao poder público, foi construída delegacia, prefeitura e posto do correio. Quanto mais se desenvolvesse a vila, mais a população aumentaria, atraída pela infra-estrutura e as possibilidades de trabalho. Desse modo, automaticamente, haveria mais compradores para a casa comercial; além disso, as obras realizadas na cidade pelo Duarte criavam uma imagem do benfeitor que deveria ser recompensado nas urnas. Assim, o coronel conseguia manter-se como o chefe político do clã eleitoral.

Seu poder político advinha também da dependência dos imigrantes com a casa comercial, pois quem não estivesse com o coronel não tinha para quem vender a produção e teria as dívidas cobradas. Com isso, em época de eleições, a população conduzia seu voto conforme as necessidades econômicas. O poder político era construído a partir das necessidades da sociedade, uma vez que não havia outra alternativa, todos estavam

“presos” ao coronel, isto é, às instituições apresentadas por Vianna, especialmente os usos e costumes.

A casa comercial polarizava a vida da vila; era o vendeiro que, por estar próximo do produtor e ser o único com instrução, estabelecia vínculos com as pessoas. Era responsável por dar conselhos, ajuda econômica e apadrinhar. Como o comerciante também era o político, arrumava empregos públicos e fazia a lei do município.

Dessa maneira, o comércio foi o sustentáculo de poder político à medida que, através dele, o coronel manteve a sociedade atrelada, a qual retribuía por meio do voto, à sua casa comercial. Salienta-se que a firma financiava as obras que, para a população dominada, era um ato de bondade, mas que simbolizava, na verdade, o poder do coronel na região.

A escalada ao poder foi resultado das condições de dependência dos imigrantes para com um coronel na aquisição das terras e da falta de ação do governo estadual e federal na construção de obras públicas, o que proporcionou espaço para o poder privado apropriar-se e tornar-se o senhor do município, isso sem citar pormenores que mereciam um estudo aprofundado.

Nesse contexto, a escravidão não aparece nos registros da região como uma atividade intensa. Verifica-se na dinâmica regional que, para os comerciantes, era mais interessante a mão-de-obra livre e o que essa população poderia representar para a casa comercial e para o poder político do Duarte e do sócio Beiriz.

Há descrição de que a colônia inglesa, na década de 1860, utilizava escravos no desbravamento e plantio de café no interior de Iconha, mas essa imagem parecia não mais condizer com o período após 1880,

Os ingleses, interessados em fundar um núcleo de povoamento no interior, compraram uma grande propriedade rural, chamada Monte Belo. Ali foram instaladas várias famílias inglesas para trabalhar na produção agrícola e na extração de madeira. [...] havia muitas matas, porque o território era praticamente intocado pelo homem. [...] Era necessário muita gente para trabalhar na extração. Além dos ingleses, houve os negros que eram vendidos como mercadorias. (CAPRINI, et al. 2004:33)

Simão (1990:41) relata que o fazendeiro José Gonçalves da Costa Beiriz possuía escravos em suas fazendas, especialmente no final da década de 1860 e início de 1870, e que havia inclusive um quilombo chamado de ‘Rancho dos Negros’ que abrigava fugitivos da região de Itapemirim. No entanto, ao analisar bibliografia sobre a região de Iconha e com base em pesquisas documentais para dissertação de mestrado, verificou-se que, a partir do final da década de 1870, que a escravidão quase não é mencionada, inclusive em registros documentais. À medida que a casa comercial cresce e a venda das terras aos imigrantes aumenta, tem-se a impressão de que a escravidão vai perdendo força e desaparece na década de 1880.

Não se encontram registros de negociação de escravos e quilombos a partir de 1880. Nesse período, a região atrai imigrantes e o comércio se desenvolve, bem como a vida urbana; tem-se a impressão de que o trabalho escravo vai se diluindo nesse contex-

to.

Todavia, não podemos afirmar que isso ocorreu de fato, que a escravidão desapareceu totalmente. Um documento descoberto demonstra que a mão-de-obra escrava pode ter reduzido e praticamente desaparecido no período citado, mas ainda se fazia presente. Uma carta, de 1883, do coronel Duarte a um comerciante da Vila de Itapemirim, Sr. José Gomes, informa que um fazendeiro de Iconha está vendendo uma escrava e que ele não a compra por não necessitar, mas que se o senhor a desejar pode intermediar a negociação, inclusive o proprietário da escrava a troca por cachaça. Descreve-se fisicamente a escrava de 14 anos.

Deve-se considerar que sendo o coronel Antônio Duarte um comerciante, como descrito anteriormente, ele teria algum lucro na negociação.

A partir do documento, verificamos que a escravidão ainda se fazia presente em Iconha. Não negamos o fato de que a mão-de-obra escrava não era mais a base do trabalho e que a região não era um centro de tráfico de escravos, mas o documento nos permite afirmar que, às vésperas da abolição, ainda temos a presença da escravidão no cotidiano da região. Assim, é possível rever uma visão ingênua de que a imigração e as transformações sociais da região não comportavam mais o escravo.

A fonte nos permite outras discussões de âmbito da historiografia regional, como o porto de Piúma e Itapemirim, regiões próximas à Iconha, que recebiam escravos de forma ilegal, e a escravidão na dimensão nacional. Afinal, quais os interesses em adquirir ou vender uma escrava em um momento no qual a abolição era tão discutida?

Nesse trabalho, portanto, interessou-nos verificar que, em Iconha, a escravidão se fez presente na década de 1880, embora não intensamente, rompendo com a ideia de que a região não apresentava mais essa forma de exploração.

O documento consiste em uma folha manuscrita, legível, em estado bem deteriorado, e está disponível no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha, localizado no espaço Cultural “Zoé Rodrigues Misságia”, na cidade de Iconha, ES. No acervo há também outros documentos do século XIX e início do XX sobre a região e o Espírito Santo, que possibilitam estudos e pesquisas da historiografia regional.

Documento Transcrito

Ilm° Sr. José Gomes da Silva Mínimo
Iconha, 08 de outubro de 1883

A continuação de sua saúde e de toda excelentíssima família é o que sinceramente lhe desejo. O Sr. João Henrique quer vender-me a mulatinha filha de sua escrava Joaquina mas eu nada decidi sem primeiro ouvir o amigo, pois eu della não preciso, se o Ilm° a quiser comprar mesmo que não seja a dinheiro, eu aceito cachaça ou algum prazo caso lhe convenha escreva-me até no domingo próximo que neste dia tem um próprio para aqui da Barra (Itapemirim) e mandarei procurar a carta ali no Teixeira mande-me dizer só quanto mais ou menos ela vale para eu decidir e depois então irei lá a sua casa para realizarmos, ela tem 14 anos mais ou menos é sadia e melhor se poderá informar da própria mãe della, sem mas sou,

Duarte
Obrigado.

BIBLIOGRAFIA**Fonte**

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha. Iconha-ES. Carta de Duarte – venda de escrava. Caixa 01.

Bibliográfica

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim . et al. *Nosso município*: Iconha, Es: Instituto Histórico e Geográfico de Iconha, 2004.

SALETTI, Nara. *Transição para o trabalho livre e a pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Ed. EDUFES, 1996.

SIMÃO, I. *História de uma colonização*: Piúma e Iconha. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Frangraf, 1991.